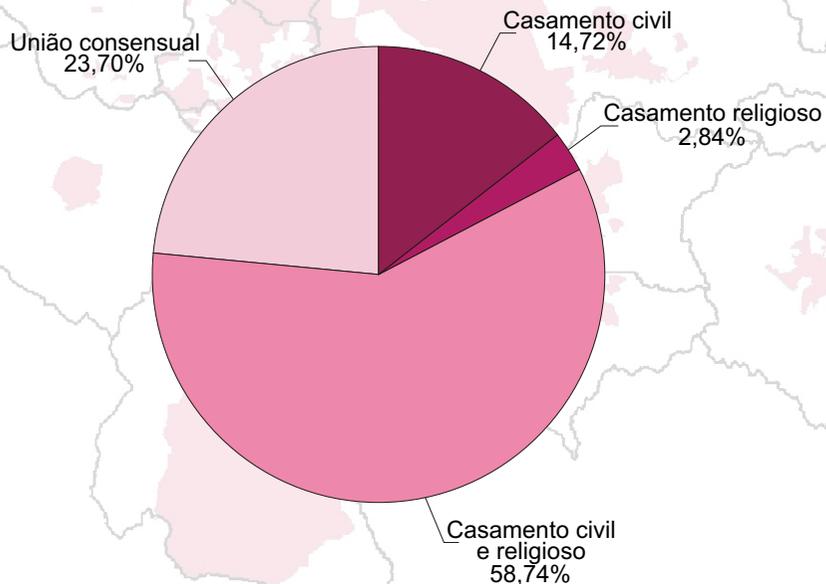


5. Família e comunidade

População urbana de 10 anos e mais: situação conjugal por sexo e idade

Grupos etários	População masculina				População feminina			
	Situação conjugal			Total	Situação conjugal			Total
	Vive em união	Já viveu em união	Nunca viveu em união		Vive em união	Já viveu em união	Nunca viveu em união	
10 a 24 anos	2,30	0,08	12,79	15,16	4,21	0,49	21,50	26,20
25 a 39 anos	14,90	1,78	10,12	26,80	15,02	2,46	7,44	24,91
40 a 54 anos	19,39	1,37	2,27	23,03	17,46	4,38	2,32	24,16
55 a 69 anos	12,57	1,35	0,47	14,39	9,88	5,26	1,28	16,42
70 anos e mais	5,23	1,41	0,07	6,71	2,49	5,13	0,68	8,30
Total	54,43	6,00	39,58	1.071.177	49,05	17,72	33,23	1.195.946

População urbana de 10 anos e mais unida: natureza da união atual



A diversidade das famílias se há uma característica básica na vida familiar contemporânea, esta característica é a diversidade. As famílias divergem profundamente em mais de um aspecto, como poderá ser observado através dos dados apresentados.

A formação de uma nova família elementar, inicia-se, via de regra, pela constituição de um casal coabitante. Esta é ainda a norma preferencial na sociedade brasileira, embora se possam encontrar formas alternativas, como por exemplo, casais que não coabitam, mas “vivem separados, porém juntos” ou ainda mães ou pais que criam sozinhos seus filhos, biológicos ou adotivos.

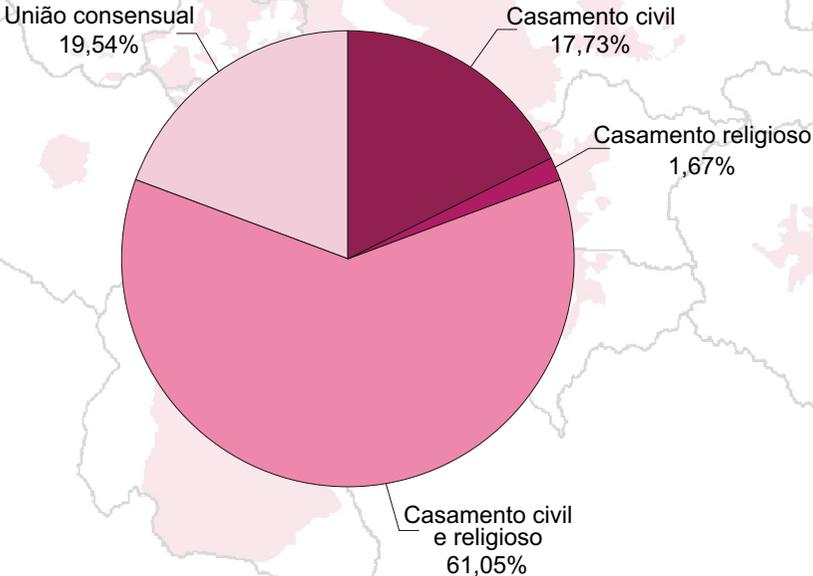
Embora nosso país não seja uma sociedade de casamento universal, a maior parcela da população adulta vive ou já viveu alguma vez em união, conforme pode ser visto na tabela ao lado. São poucas as pessoas após os 40 anos que jamais viveram em união. Entre as mulheres, este percentual é maior (4,8%).

Mas a entrada em união pode ocorrer de várias maneiras distintas: através de uniões sancionadas legalmente, religiosamente ou simplesmente pelo costume. Como na grande maioria dos países latino-americanos, no Brasil, historicamente, parcela significativa das uniões é de natureza consensual, sem formalização legal ou religiosa. A RMC não foge ao padrão, embora se mantenha abaixo da média nacional apontada pelo Censo 2000, de 28,6%. Na RMC, das uniões em curso, quase um quarto é de natureza consensual, superando o casamento apenas civil e o casamento apenas religioso. O casamento civil e o casamento apenas religioso permanece, porém, a forma predominante de união.

População urbana de 10 anos ou mais alguma vez unida segundo situação conjugal e número de uniões

Nº de uniões	População masculina			Nº de uniões	População feminina		
	Situação conjugal		Total		Situação conjugal		Total
	Vive em união	Já viveu em união			Vive em união	Já viveu em união	
1	79,38	9,37	88,75	1	67,16	24,08	91,25
2 ou mais	10,73	0,52	11,25	2 ou mais	6,31	2,45	8,75
Total	90,11	9,89	647.254	Total	73,47	26,53	798.562

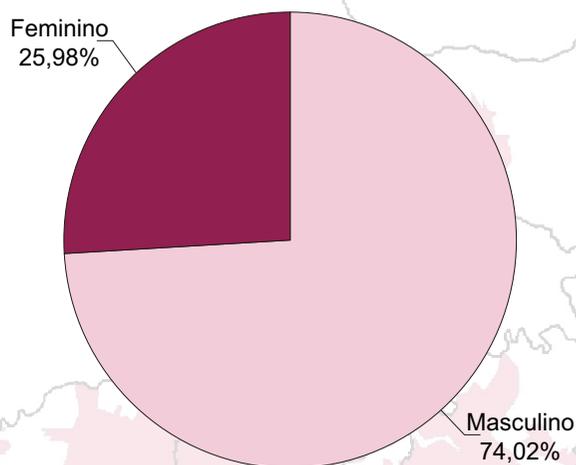
População urbana de 10 anos ou mais: natureza da última união dos não mais unidos



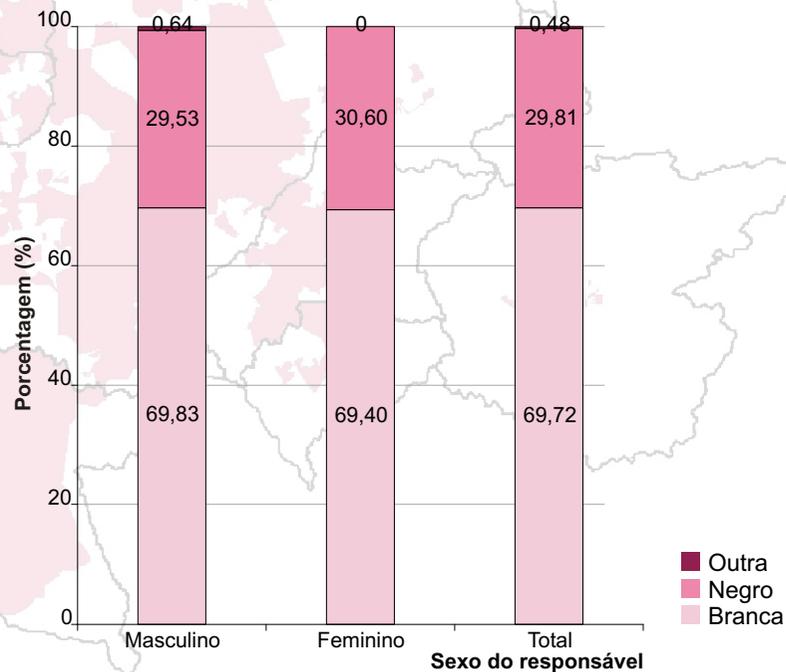
Algumas destas uniões já constituem novas tentativas de se estabelecer uma vida a dois. Conforme as tabelas ao lado, mais de 10% dos homens atualmente unidos tiveram mais de uma união. Para as mulheres este valor não alcança os 7%. A probabilidade de estabelecer uma nova união após o término da primeira (por morte do cônjuge ou separação) parece ser maior para os homens. Note-se ainda o grande contingente de mulheres que não se recasa após o término da primeira união. Mas deve-se considerar que são mulheres mais velhas (idade mediana de 59 anos contra 44 anos entre as unidas) e que mais da metade delas (55%) declarou o estado civil de viúva. A sobremortalidade masculina (ou seja, a razão entre as taxas de mortalidade masculina, mais elevadas e as taxas de mortalidade feminina, por idade) e a idade podem assim explicar em parte, este maior contingente de mulheres não mais unidas. O exame da natureza das uniões já desfeitas por morte ou separação não revela grandes diferenças em relação às uniões em curso. O quadro geral é o mesmo e o percentual levemente maior dos casamentos civis e religiosos e daqueles apenas civis em detrimento das uniões consensuais pode ser explicado pela idade mais avançada deste subgrupo, uma vez que, em nosso país, as uniões consensuais vêm aumentando continuamente, principalmente entre os jovens.

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade FAPESP/CNPq. Tabulações especiais, NEPO/UNICAMP (2007).

Distribuição dos domicílios urbanos segundo o sexo do responsável



Cor do responsável pelo domicílio segundo o sexo



A dinâmica das uniões, separações e a viuvez, aliadas a outros fatores, como a migração e o próprio aumento da esperança de vida da população engendram diferenças na composição dos domicílios.

Dentre estas diferenças destaca-se o sexo do responsável. Na RMC, 26% dos domicílios urbanos, ou seja, 206.665 de um total de 795.611 têm uma mulher como principal responsável. O tema da "chefia feminina" é recorrente na literatura latino-americana.

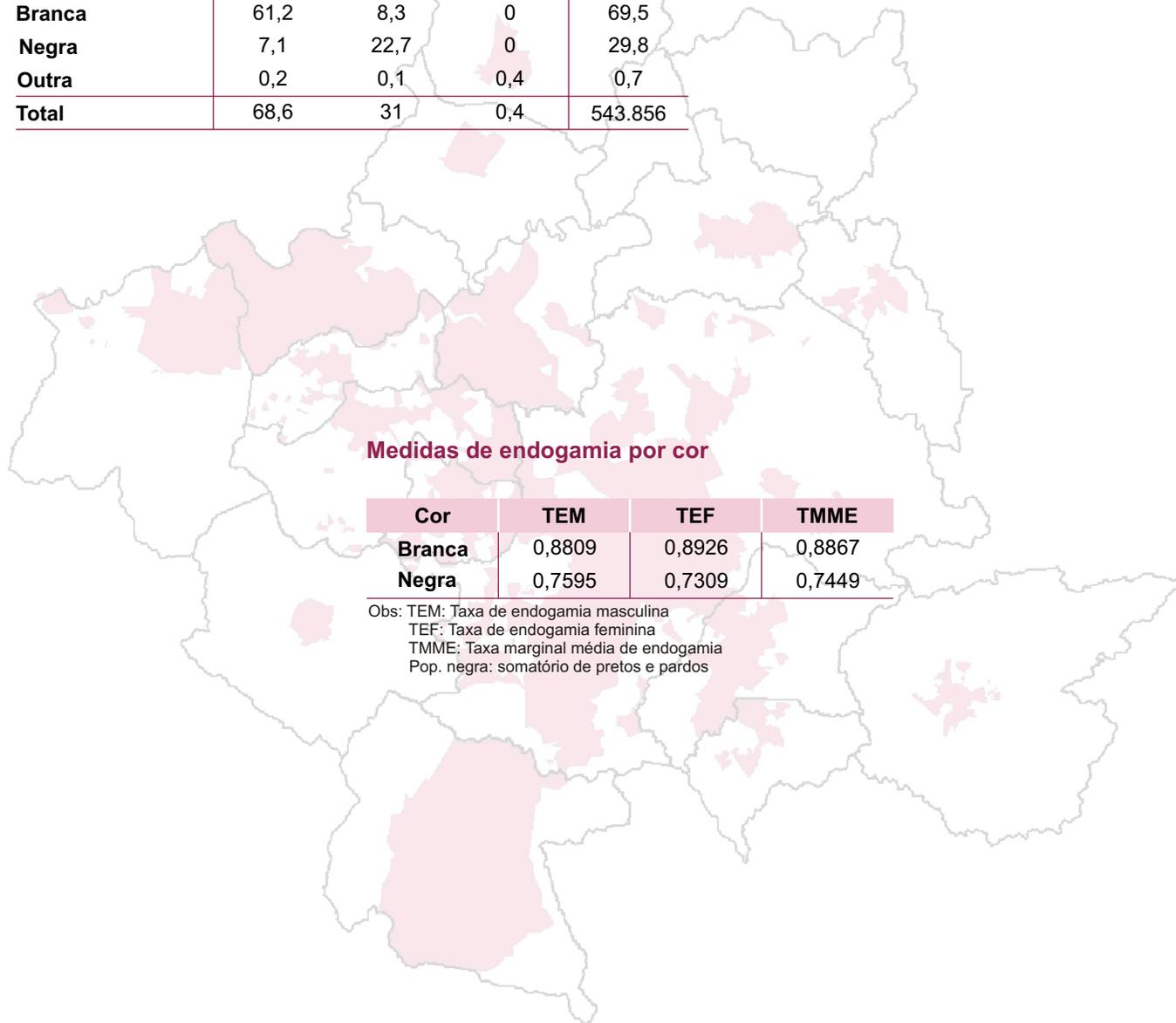
Trata-se de fenômeno histórico que, em nosso país remonta ao período colonial e cuja origem está associada a relações profundamente desiguais de gênero, raça e classe social. Um dos efeitos destas desigualdades era o abandono, pelos parceiros, das mulheres pobres, geralmente negras ou pardas e de suas proles. A chefia feminina hoje parece ter outras características. Como será demonstrado mais adiante, ela não mais se restringe às parcelas mais pobres da população e vem crescendo de maneira sistemática desde, pelo menos os anos 70 do século passado. Mas é importante observar que há profunda diferença nas dinâmicas familiares entre os domicílios com responsável homem e com responsável mulher.

Basta mencionar que 95% das mulheres chefes de domicílio não têm cônjuges, contra apenas 7,7% de chefes homens na mesma situação.

Os dados da RMC mostram ainda que a distribuição por cor dos responsáveis por domicílios de sexo feminino não se diferencia significativamente da distribuição dos responsáveis de sexo masculino. Em ambas o percentual de brancos é de cerca de 70%.

Domicílios urbanos: cor do responsável homem segundo cor do cônjuge mulher

Cor do responsável homem	Cor do cônjuge			Total
	Branca	Negra	Outra	
Branca	61,2	8,3	0	69,5
Negra	7,1	22,7	0	29,8
Outra	0,2	0,1	0,4	0,7
Total	68,6	31	0,4	543.856



Medidas de endogamia por cor

Cor	TEM	TEF	TMME
Branca	0,8809	0,8926	0,8867
Negra	0,7595	0,7309	0,7449

Obs: TEM: Taxa de endogamia masculina
 TEF: Taxa de endogamia feminina
 TMME: Taxa marginal média de endogamia
 Pop. negra: somatório de pretos e pardos

Considerando-se os chefes de domicílio homens e seus cônjuges, de um modo geral, em todas as categorias de cor/raça observa-se alta tendência à formação de casais endogâmicos, ou seja, casais onde ambos os cônjuges pertencem à mesma categoria de cor. Há, contudo variações de intensidade. A endogamia é maior entre homens e mulheres brancos. Já entre os homens e mulheres negros (somatória dos pretos e pardos) a endogamia é sensivelmente menor, principalmente entre as mulheres. Infelizmente o tamanho da amostra investigada não permite o cálculo desagregado para homens e mulheres de cor preta e de cor parda. Não se pode esquecer, porém, que estas taxas de endogamia dependem da própria composição por cor da população, uma vez que esta afeta a estrutura do mercado matrimonial e, por conseguinte, a disponibilidade de parceiros da mesma cor.

Anos de instrução dos responsáveis por domicílios urbanos do sexo masculino segundo os anos de instrução do cônjuge

Anos de instrução do RD	Anos de instrução do cônjuge feminino					Total
	0 a 3	4	até 8	até 11	12 ou mais	
0 a 3	10,47	3,61	2,14	0,76	0,02	17,00
4	4,87	9,91	3,56	0,87	0,27	19,47
até 8	3,85	3,19	13,69	4,37	0,39	25,47
até 11	1,54	1,67	6,63	14,13	2,59	26,57
12 ou mais	1,49	0,13	0,82	3,30	5,73	11,48
Total	22,21	18,51	26,84	23,43	9,01	543.856

Medidas de endogamia por anos de instrução

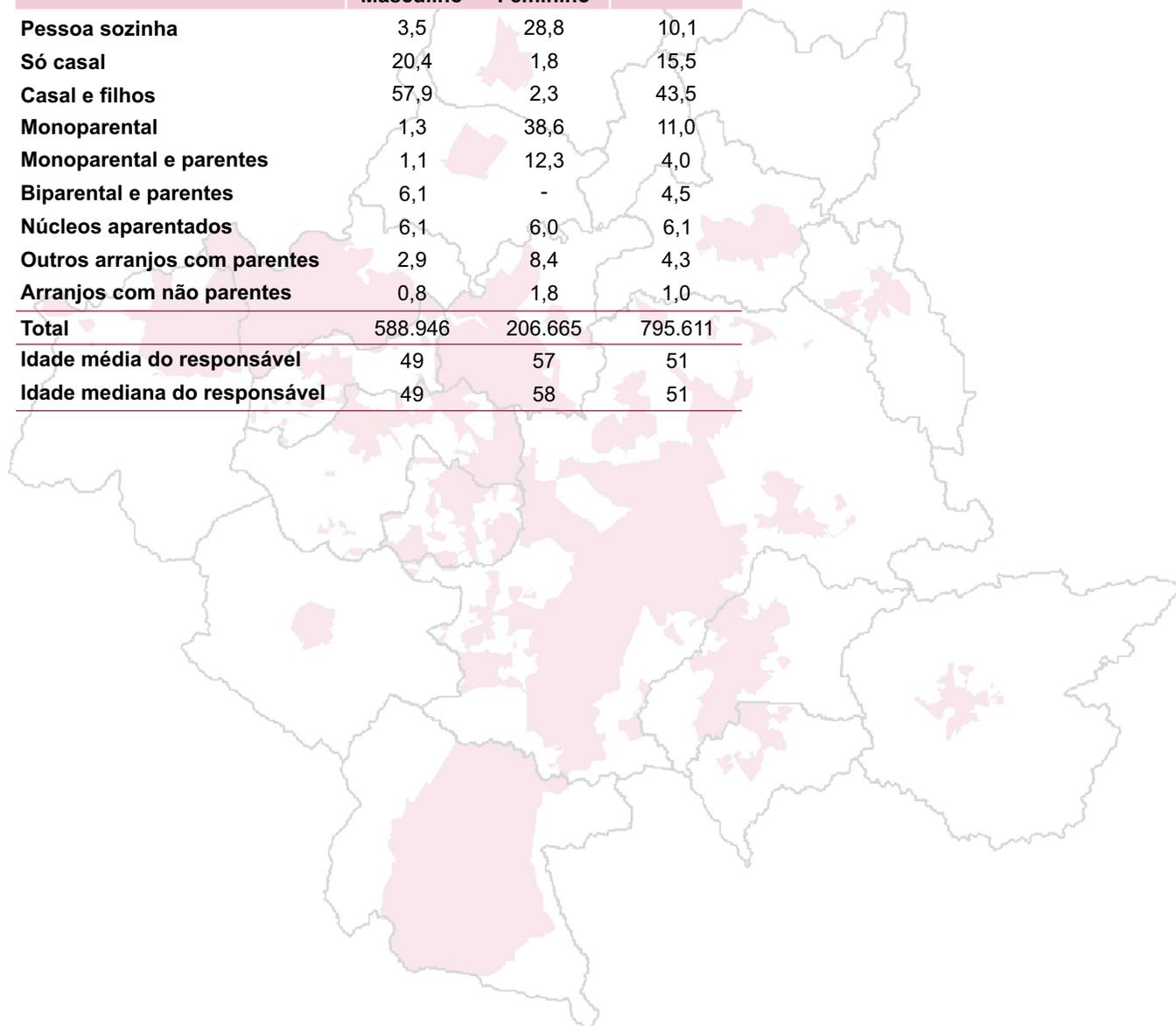
Anos de instrução	TEM	TEF	TMME	TEFP	TEFN
0 a 3	0,616	0,471	0,534	0,5286	-
4	0,509	0,535	0,522	0,2696	0,1952
até 8	0,537	0,510	0,523	0,2777	0,2123
até 11	0,532	0,603	0,565	0,1410	0,2557
12 ou mais	0,500	0,636	0,560	-	0,3635

Obs: TEM: Taxa de endogamia masculina
 TEF: Taxa de endogamia feminina
 TMME: Taxa marginal média de endogamia
 TEFP: Taxa de exogamia feminina positiva
 TEFN: Taxa de exogamia feminina negativa

A maior ou menor tendência a se buscar um parceiro ou parceira com atributos semelhantes aos seus próprios também pode ser observada através dos dados sobre escolaridade. Contudo esta tendência também tem diferentes intensidades nos distintos níveis de instrução. A maior taxa de endogamia pode ser observada entre as mulheres com 12 anos ou mais de instrução. A menor também ocorre entre as mulheres, mas no extremo oposto da escolaridade: até 3 anos de instrução. Entre estas, a taxa de exogamia positiva (TEFP) - ou seja, a tendência à união com homens com maior escolaridade - suplanta a endogamia. Já entre as mulheres com o maior número de anos de instrução, como não poderia deixar de ser, a exogamia é negativa, ou seja, quando não se mantém o padrão endogâmico, as uniões serão com parceiros com menor escolaridade. As taxas de endogamia para os homens variam menos do que as das mulheres, mas com tendência oposta: a taxa mais alta está no nível inferior de instrução e a mais baixa no nível superior. De um modo geral é interessante observar que, com a única exceção já mencionada das mulheres com até 3 anos de instrução, todas as taxas, tanto para homens quanto para mulheres ocorrem a partir de um patamar de 50%, ou seja, o padrão endogâmico é o predominante, o que é comprovado pelas taxas marginais médias (TMME). Porém observa-se que as mulheres tendem a se casar no seu mesmo grupo ou "para cima", ou seja, com um parceiro com nível de instrução superior. Embora se mantenha, a tendência vai se enfraquecendo conforme se avança na escala de escolaridade, quando aumenta a Taxa de Exogamia Feminina Negativa (TEFN).

Domicílios urbanos: arranjos domésticos segundo sexo do responsável

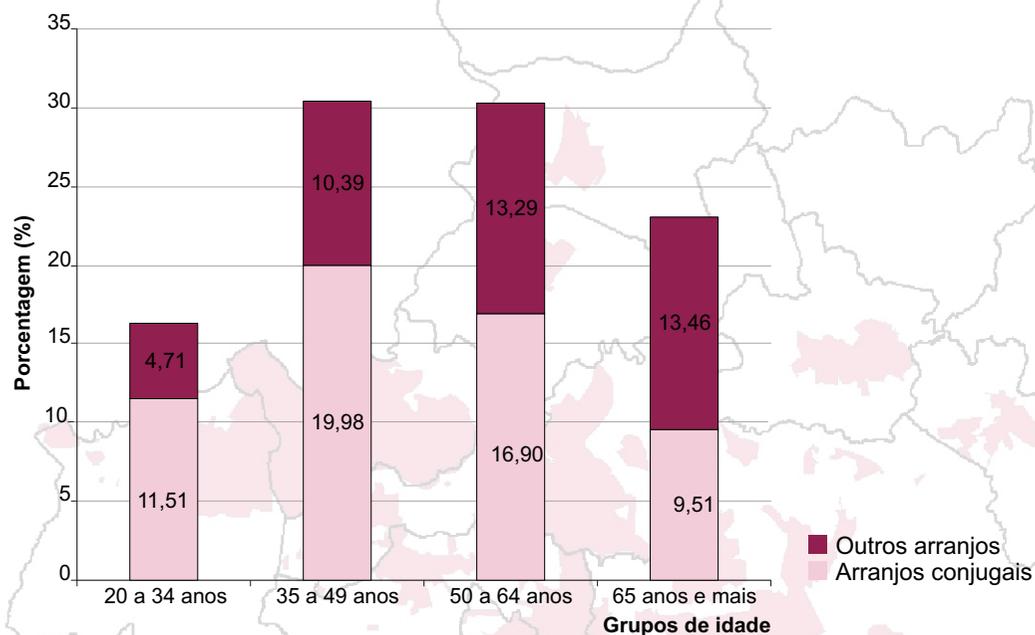
Arranjos domésticos	Sexo do responsável		Total
	Masculino	Feminino	
Pessoa sozinha	3,5	28,8	10,1
Só casal	20,4	1,8	15,5
Casal e filhos	57,9	2,3	43,5
Monoparental	1,3	38,6	11,0
Monoparental e parentes	1,1	12,3	4,0
Biparental e parentes	6,1	-	4,5
Núcleos aparentados	6,1	6,0	6,1
Outros arranjos com parentes	2,9	8,4	4,3
Arranjos com não parentes	0,8	1,8	1,0
Total	588.946	206.665	795.611
Idade média do responsável	49	57	51
Idade mediana do responsável	49	58	51



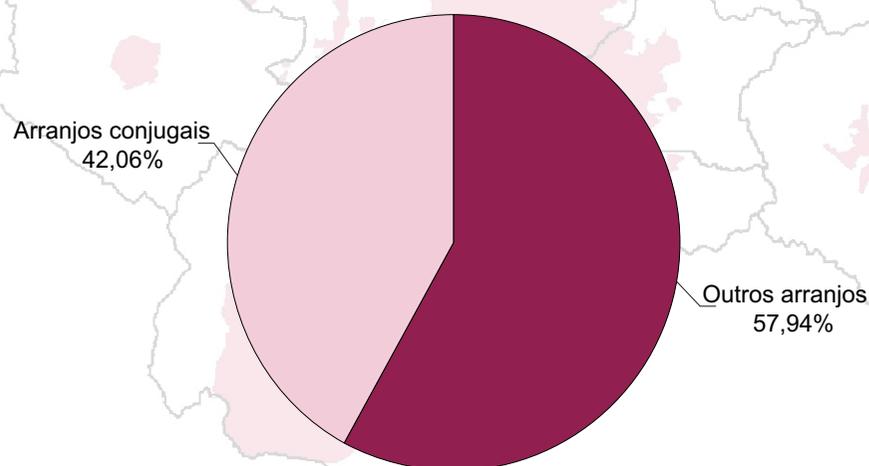
A análise comparativa dos domicílios de responsabilidade masculina e feminina revela grandes diferenças em sua composição. Assim, se entre aqueles de responsabilidade masculina predominam amplamente os casais com filhos, seguidos daqueles constituídos apenas pelos casais, entre aqueles de responsabilidade feminina predominam os monoparentais, (constituídos exclusivamente por um grupo mãe/filhos), seguidos por aqueles unipessoais. Chama ainda a atenção, a importância das relações de parentesco outras que ultrapassam a família nuclear (pais e filhos, tomando-se o responsável como referência) na composição dos grupos domésticos. Isto é particularmente verdadeiro para os domicílios de responsabilidade feminina, entre quais mais de um quarto da distribuição envolve outras relações de parentesco. Mas a ocorrência de arranjos com parentes também não é desprezível entre os domicílios de responsabilidade masculina onde representam 16% da distribuição, percentual semelhante ao observado no conjunto dos domicílios (18,9%).

Considerados isoladamente, os distintos arranjos com parentes não têm representatividade estatística, mas decidiu-se mantê-los na tabela para exemplificar, de forma qualitativa, as diferentes combinações de parentesco possíveis, encontradas na RMC: estas vão desde as formas mais simples, agregando membros de antigos núcleos dispersos (irmãos, por exemplo) passam pelos arranjos que se organizam em torno de um núcleo de reprodução formado pelo casal e filhos (as biparentais com parentes) e podem alcançar formas mais complexas, representadas pela articulação entre dois ou mais núcleos de reprodução. Neste caso, pode-se encontrar, por exemplo, grupos constituídos pelo responsável (com ou sem cônjuge) e filhos, dentre os quais, um pode ter seus próprios filhos e/ou estar vivendo em união, compondo assim famílias com membros de três gerações distintas.

Domicílios urbanos: arranjos domésticos, segundo grupos de idade do responsável



Domicílios urbanos: distribuição percentual dos arranjos domésticos



A grande diversidade observada nos arranjos domésticos está associada ao ciclo de vida familiar e às transformações que as unidades familiares vão sofrendo ao longo do tempo. O gráfico ao lado dá conta simultaneamente de duas dimensões: a primeira é a participação relativa dos domicílios cujos chefes estão em determinado grupo etário no conjunto dos domicílios amostrados. A segunda dimensão é a distribuição proporcional dos arranjos domésticos pelas diferentes idades dos chefes. Neste gráfico, tomando-se como referência do ciclo de vida a idade do responsável pelo domicílio, conforme percebe-se que as famílias conjugais de responsabilidade masculina (casais com filhos e só casais) são predominantes nas idades mais jovens e decrescem nas idades mais avançadas dos chefes. Entre os domicílios onde o chefe tem 65 anos ou mais predominam os "outros arranjos", que podem assumir diversas formas: pessoas sozinhas, famílias monoparentais de chefia feminina, arranjos com parentes. É bastante provável que boa parte das famílias conjugais com chefes deste grupo etário sejam casais na fase do "ninho vazio", isto é, já sem filhos residentes. Também nas idades mais avançadas costumam ser mais frequentes as pessoas sozinhas, principalmente mulheres sozinhas.

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade FAPESP/CNPq. Tabulações especiais, NEPO/UNICAMP (2007).

Arranjos de trabalho segundo tipo de arranjo doméstico *

Responsável pelo domicílio masculino	só o chefe	arranjos de trabalho envolvendo filhos	arranjos de trabalho envolvendo cônjuge	arranjos de trabalho envolvendo outros parentes	Total
Família conjugal	32,17	35,78	46,66	0,00	78,28
Família monoparental	1,65	96,12	2,23	0,00	1,33
Família ampliada	12,35	52,43	29,23	35,41	16,11
Outros arranjos	69,93	5,87	5,73	18,47	4,28
Total	29,18	38,81	41,85	6,85	588.946

Responsável pelo domicílio feminino	só o chefe	arranjos de trabalho envolvendo filhos	arranjos de trabalho envolvendo cônjuge	arranjos de trabalho envolvendo outros parentes	Total
Família conjugal	31,76	22,53	60,38	0,00	4,08
Família monoparental	20,29	79,71	0,23	0,00	38,63
Família ampliada	9,13	61,63	0,00	29,24	26,69
Outros arranjos	93,12	0,67	0,00	5,50	30,59
Total	26,95	59,97	2,81	10,93	206.665

Todos os domicílios	só o chefe	arranjos de trabalho envolvendo filhos	arranjos de trabalho envolvendo cônjuge	arranjos de trabalho envolvendo outros parentes	Total
Família conjugal	32,16	35,58	46,87	0,00	59,00
Família monoparental	18,49	81,30	0,43	0,00	11,02
Família ampliada	11,24	55,59	19,18	33,29	18,86
Outros arranjos	83,53	2,82	2,37	10,86	11,11
Total	28,71	43,32	33,53	7,72	795.611

(*) Respostas múltiplas

Mas as famílias não mudaram apenas na configuração de residência. Elas mudaram também internamente, da perspectiva das relações de gênero e de geração. Mesmo as famílias conjugais em sua maioria, não seguem mais o “modelo do único provedor”, baseado na relação entre uma mulher dona de casa, envolvida com o trabalho doméstico não remunerado e um homem envolvido no trabalho remunerado produtor de mercadorias. Na maioria delas, as mulheres- cônjuges e/ou filhos também trabalham. Nas famílias ampliadas, um reforço adicional ao número de provedores é representado pelos parentes. Nos grupos domésticos de responsabilidade masculina, o trabalho solitário do chefe tem maior relevância apenas entre os “outros arranjos domésticos”, mas por que aí estão contabilizados as pessoas sozinhas e os arranjos com não parentes.

Nos arranjos de responsabilidade feminina ocorre processo semelhante, ou seja, as mulheres chefes são maciçamente as únicas provedoras apenas no caso dos “outros arranjos”, categoria em grande parte constituída pelas pessoas sozinhas. Mesmo entre as famílias monoparentais formadas por grupos mãe-filhos, o trabalho apenas da mulher é menos frequente. Nota-se aí o uso intensivo do trabalho dos filhos, o que não quer dizer necessariamente uso do trabalho infantil. Dada a idade mediana mais elevada das mulheres chefes, é mais provável que se trate de jovens e adultos jovens.

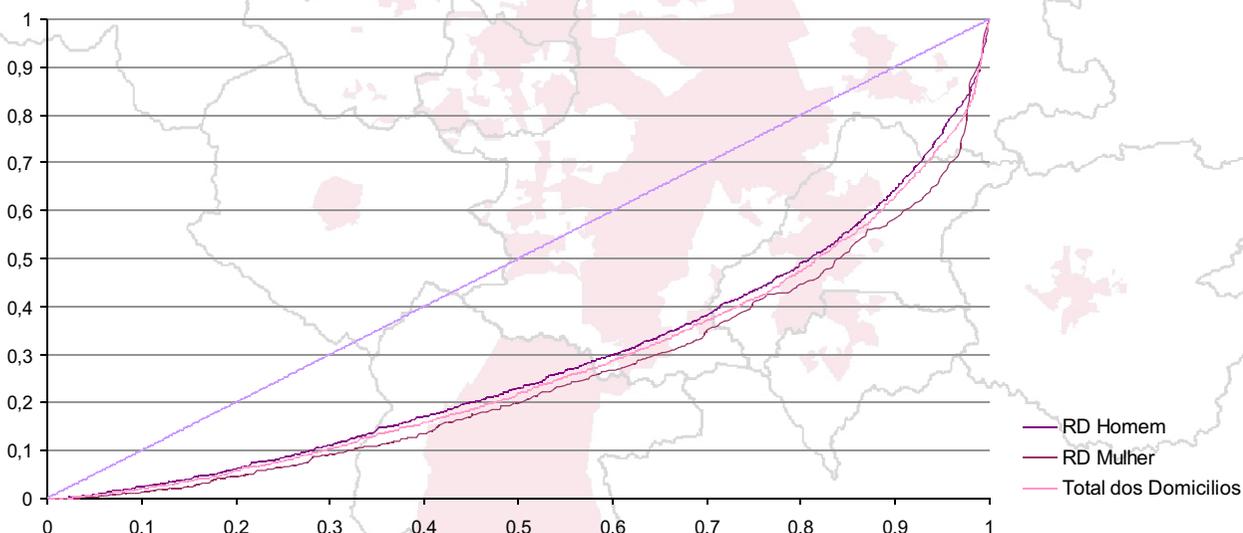
Também nas famílias ampliadas de responsabilidade feminina o trabalho dos filhos permanece intenso e supera os arranjos que envolvem o trabalho de outros parentes, bem menos frequente.

Rendimento domiciliar e per capita mediano segundo arranjos domésticos

Arranjos domésticos	Sexo do responsável pelo domicílio						Total dos domicílios		
	Masculino			Feminino			Rendimento domiciliar mediano em R\$	Rendimento per capita mediano em R\$	Tamanho médio do domicílio
	Rendimento domiciliar mediano em R\$	Rendimento per capita mediano em R\$	Tamanho médio do domicílio	Rendimento domiciliar mediano em R\$	Rendimento per capita mediano em R\$	Tamanho médio do domicílio			
Família conjugal	1.500,00	480,00	3,34	*	*	*	1.500,00	483,33	3,34
Família monoparental	*	*	*	1.260,00	540,00	2,73	1.300,00	550,00	2,71
Família ampliada	1.960,00	436,00	4,98	1.560,00	445,00	3,73	1.760,00	439,67	4,52
Outro arranjo	760,00	700,00	1,33	800,00	760,00	1,11	760,00	756,00	1,17
Total	1.500,00	475,00	3,51	1.200,00	566,67	2,51	1.480,00	500,00	3,25

(*) Dados não significativos.

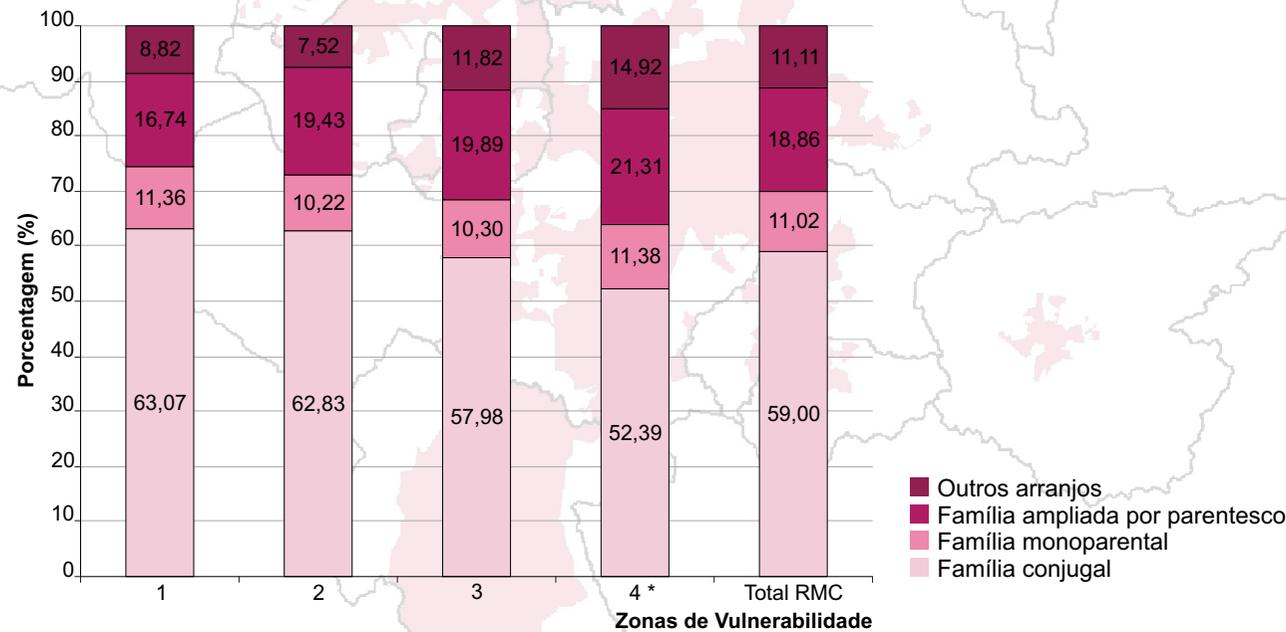
Coefficientes de Gini para domicílios por sexo do responsável e total



Na RMC, de um modo geral, os rendimentos medianos percebidos pelos domicílios de responsabilidade masculina são 25% mais altos do que aqueles recebidos pelos domicílios encabeçados por mulheres. Contudo, o maior tamanho médio dos primeiros faz com que a sua renda per capita mediana seja menor. Esta relação se sustenta na comparação entre os tipos de família em cada uma das distribuições. Assim, as famílias conjugais de responsabilidade masculina têm rendimentos superiores aos das famílias monoparentais femininas, mas sua renda per capita é menor. O mesmo ocorre na comparação entre as famílias ampliadas e os "outros arranjos" das duas distribuições. Porém, se a tendência central em certo sentido favorece as mulheres, é preciso observar também que as desigualdades de renda entre os domicílios de responsabilidade feminina são maiores do que entre aqueles de responsabilidade masculina conforme atestado pelos coeficientes de Gini. Assim, para os domicílios de chefia masculina este coeficiente é de 0,4302 contra 0,4902 para aqueles encabeçados por mulheres. Para o total dos domicílios da RMC o coeficiente é de 0,4520.

Sexo do responsável pelo domicílio, segundo Zonas de Vulnerabilidade

Zonas de Vulnerabilidade	Sexo do responsável pelo domicílio		Total
	Masculino	Feminino	
1	78,23	21,77	65.210
2	78,85	21,15	381.498
3	72,79	27,21	257.292
4 *	69,32	30,68	25.541
Total	74,02	25,98	795.611



(*) Corresponde a cerca de 40% do total da população da zona 4 e apresenta rendimento médio abaixo da mediana da distribuição geral deste estrato.

Domicílios que têm uma mulher como responsável existem em todas as ZVs da RMC. São, porém mais frequentes nas ZVs 3 e 4, nas quais apresentam frequência acima da média. Esta constatação demonstra não ser verdadeira, para a região investigada, a associação entre chefia feminina e pobreza, uma vez que estas ZVs são as que apresentam as melhores condições socioeconômicas. Contudo, como pode ser verificado no gráfico, este aumento da responsabilidade feminina pelo domicílio nestas ZVs não está associado ao aumento das famílias monoparentais (predominantemente de chefia feminina em amplíssima escala) que permanecem praticamente com o mesmo valor em todas as ZVs e sim ao aumento dos arranjos com parentes (famílias ampliadas) e dos arranjos do tipo "outros", ou seja, arranjos com não parentes e domicílios unipessoais que assumem, nestas áreas, valores acima da média. A ZV4 é a que apresenta a menor ocorrência de famílias conjugais (casais ou casais e filhos) - 52% contra 63% na ZV1. A maior ocorrência da chefia feminina está, portanto ligada à maior heterogeneidade dos arranjos domésticos.

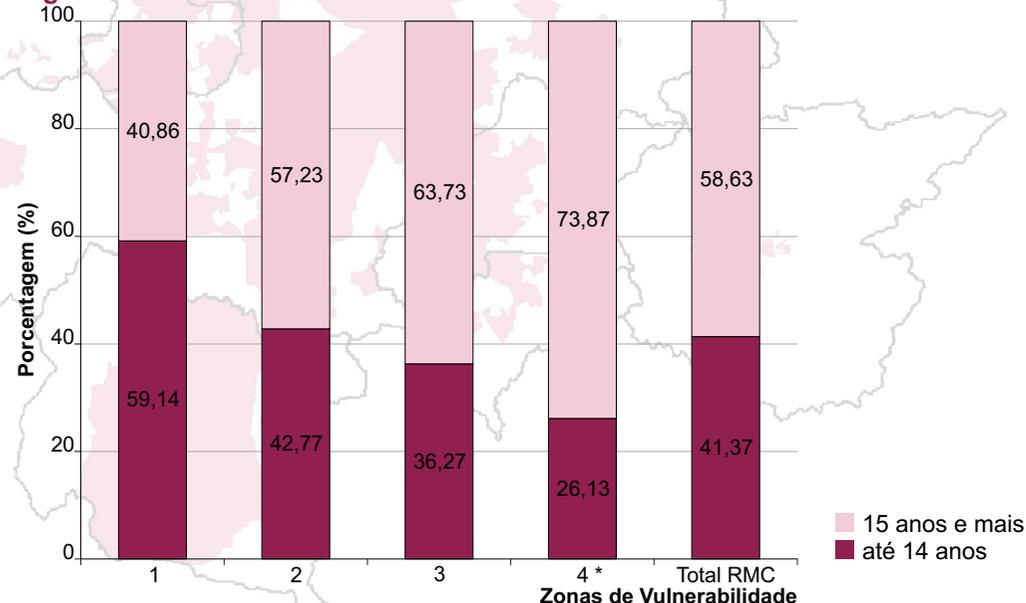
Distribuição dos domicílios nas ZVs segundo grupos de idade dos responsáveis homens

Idade do responsável homem	Zonas de Vulnerabilidade				Total
	1	2	3	4 *	
até 39 anos	44,71	31,16	22,99	20,92	29,41
40 a 54 anos	33,52	38,59	31,76	28,51	34,91
55 a 69 anos	15,64	22,93	29,87	25,73	24,50
70 anos e mais	6,13	7,32	15,37	24,85	11,19
Total	51.010	300.800	187.292	17.706	588.947

Distribuição dos domicílios nas ZVs segundo grupos de idade das responsáveis mulheres

Idade da responsável mulher	Zonas de Vulnerabilidade				Total
	1	2	3	4 *	
até 39 anos	21,9	13,88	13,78	9,81	14,71
40 a 54 anos	35,04	39,66	18,71	21,58	28,83
55 a 69 anos	32,49	34,78	30,55	33,42	31,99
70 anos e mais	11,08	11,68	36,96	35,20	24,46
Total	14.199	80.698	70.000	7.835	206.664

Idade das pessoas na condição de "filho" (incluindo adotivos e enteados), segundo Zonas de Vulnerabilidade



(*) Corresponde a cerca de 40% do total da população da zona 4 e apresenta rendimento médio abaixo da mediana da distribuição geral deste estrato.

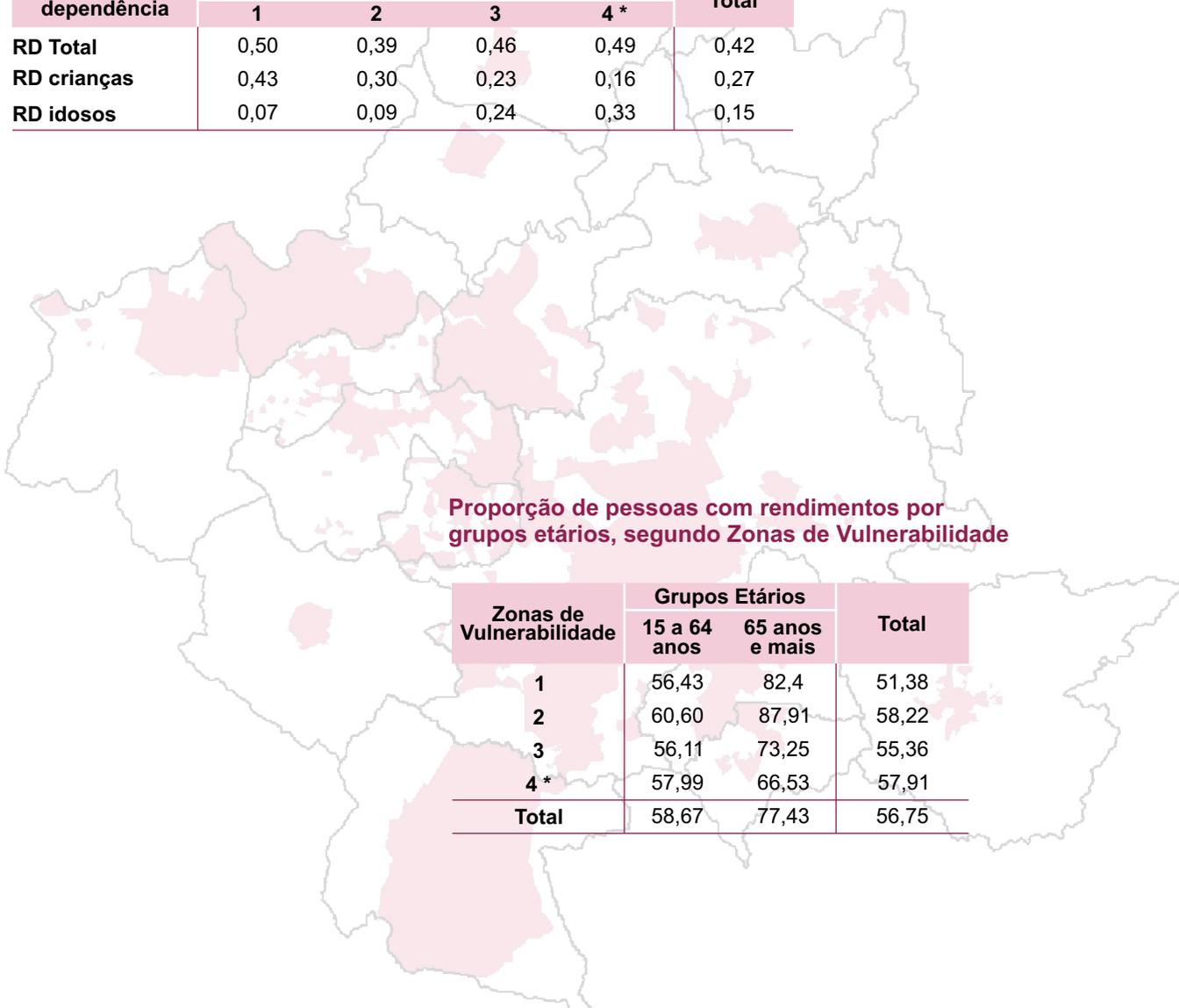
Outra dimensão importante a diferenciar as famílias das distintas ZVs é a idade do responsável pelo domicílio. Note-se que os chefes mais jovens, de ambos os sexos estão sobre-representados na ZV1 e, no caso das responsáveis mulheres, também na ZV2. Já os chefes mais velhos estão sobre-representados nas ZVs 3 e 4, de modo particularmente expressivo entre as responsáveis mulheres.

A idade do chefe permanece ainda como "proxy" importante para a "idade" da família, ou seja, famílias com chefes jovens tendem a ser também famílias nas fases iniciais do ciclo de vida, ainda sem filhos ou com filhos crianças. E realmente, conforme se verifica no gráfico subsequente, na ZV1, dentre as pessoas que ocupam a posição de filho, enteado ou filho adotivo no domicílio, predominam (60%) aqueles com até 14 anos de idade. Tal fato não ocorre nas ZVs 3 e 4 onde há uma maior ocorrência de chefes mais idosos.

Estas relações não são casuais. A noção de ciclo de vida familiar é importante uma vez que permite avaliar os efeitos da dimensão demográfica da organização do grupo doméstico - as relações entre os sexos e as idades de seus componentes, em suas diferentes fases, expressas pela razão de sexos e pela razão de dependência. Por exemplo, famílias conjugais ou monoparentais mais jovens, isoladas da rede de parentesco e em fase de expansão, tendem a apresentar mais altas razões de dependência (crianças), uma vez que contam apenas com no máximo dois adultos, sendo os demais moradores, crianças dependentes. Tais características, em situações não compensadas por salários razoáveis ou por políticas sociais, podem induzir uma maior vulnerabilidade familiar, uma vez que na ausência de políticas sociais voltadas aos cuidados com a infância (creches, educação infantil), ou da possibilidade de contar com cuidadores extradomiciliares, o trabalho materno remunerado é de difícil consecução (fato que diminui também o poder de negociação salarial) quando não inviabilizado. Nestas condições é possível a ocorrência de redução do rendimento familiar, assim como o aumento da vulnerabilidade aos efeitos do desemprego, uma vez que toda a família depende de um único trabalhador adulto provedor de renda.

Razões de dependência total, de crianças e de idosos, segundo Zonas de Vulnerabilidade

Razões de dependência	Zonas de Vulnerabilidade				Total
	1	2	3	4 *	
RD Total	0,50	0,39	0,46	0,49	0,42
RD crianças	0,43	0,30	0,23	0,16	0,27
RD idosos	0,07	0,09	0,24	0,33	0,15



Proporção de pessoas com rendimentos por grupos etários, segundo Zonas de Vulnerabilidade

Zonas de Vulnerabilidade	Grupos Etários		Total
	15 a 64 anos	65 anos e mais	
1	56,43	82,4	51,38
2	60,60	87,91	58,22
3	56,11	73,25	55,36
4 *	57,99	66,53	57,91
Total	58,67	77,43	56,75

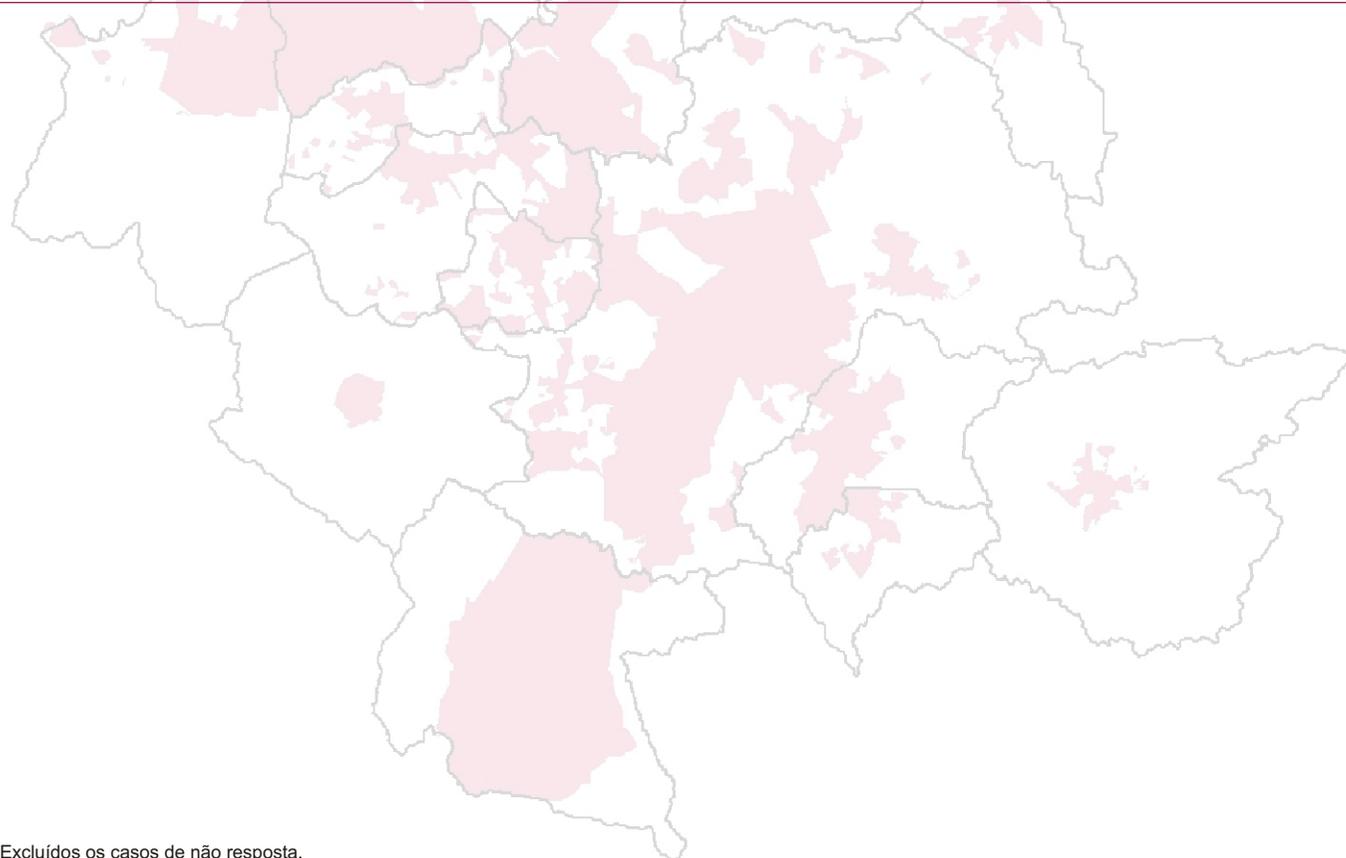
Realmente, na ZV1, exatamente a mais vulnerável, as razões de dependência (RD) de crianças são bem mais altas do que nas demais, embora mesmo nesta, o nível já esteja refletindo a acelerada queda da fecundidade em nosso país, à qual a RMC não está imune. Com exceção da ZV2 (bem menor) as RDs totais mantêm-se em patamares semelhantes, porém com notável mudança de composição interna, com redução da razão de dependência de crianças e aumento da razão de dependência de idosos, de modo que na ZV4, a contribuição da RD-idosos para a RD total é de mais de dois terços.

Contudo, esta razão de dependência de idosos, quando pensada no âmbito das famílias precisa ser mais bem qualificada. O prolongamento da vida ativa, a universalização das aposentadorias e a concessão do BPC (benefício de prestação continuada) aos idosos de mais de 65 anos que não tenham outra fonte de renda mudou profundamente a situação dos idosos e sua relação com a família. Estes, com o avançar da idade, talvez possam representar a necessidade de cuidados e serviços, mas não são, necessariamente, um fardo econômico. Conforme a tabela ao lado verifica-se que em todas as ZVs são os idosos de 65 anos e mais o grupo com maior percentual de pessoas auferindo rendimentos. É bem possível, portanto que o maior ocorrência dos “outros arranjos domésticos” e das “famílias ampliadas por parentesco” nas ZVs de tipo 4 estejam refletindo esta maior presença de idosos, seja em domicílios unipessoais seja em famílias ampliadas pelo parentesco.

(*) Corresponde a cerca de 40% do total da população da zona 4 e apresenta rendimento médio abaixo da mediana da distribuição geral deste estrato.

Domicílios urbanos: fontes de ajuda na solução de diferentes situações

A quem recorre para*	Empréstimo em dinheiro	Ajuda em espécie ou pequenas quantias (\$)	Ficar com as crianças	Cuidar de idosos/enfermos	Cuidar da casa	Informações sobre trabalho	Reforma/construção da casa
Ninguém/Não recorre	38,86	41,14	54,76	32,49	22,49	39,72	28,93
Parentes não residentes	28,79	28,40	17,37	27,47	34,02	18,40	24,73
Parentes moradores da casa	19,75	18,53	22,02	36,55	37,12	9,66	20,61
Outras relações pessoais	3,13	2,94	2,91	1,83	1,47	13,52	1,38
Instituições formais	9,47	9,00	2,94	1,67	4,90	18,71	24,35
Total	753.417	757.666	410.789	584.661	784.806	619.551	725.114



(*) Excluídos os casos de não resposta.

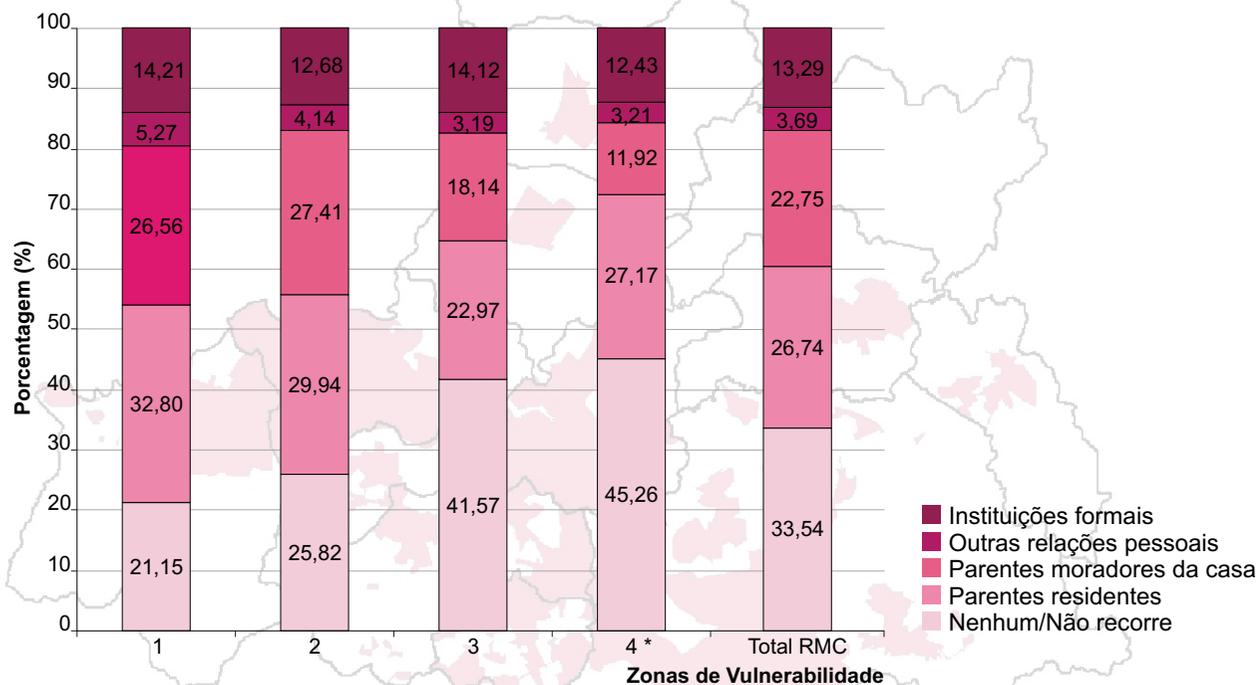
A tabela ao lado sintetiza dados que buscam identificar ainda que de modo rudimentar, em situações hipotéticas, eventuais redes de apoio e de informações para os domicílios investigados, que vão desde a necessidade de tomar dinheiro emprestado aos cuidados com as crianças, com idosos/enfermos ou com a casa na ausência da mãe ou no caso de se necessitar de uma ajuda extraordinária.

A primeira evidência de interesse é o elevado número de domicílios em cada uma das situações cujos responsáveis declaram que não buscariam nenhuma ajuda. Mesmo que este percentual, para algumas questões possa ser explicado pela situação particular vivida pelo domicílio no momento da entrevista (por exemplo, crianças mais velhas podem ficar sozinhas, ou então nunca tenha se apresentado uma situação de doença a exigir ajuda extra), as negativas em três questões merecem atenção especial, uma vez que dizem respeito à situação econômica destes domicílios: os empréstimos em dinheiro, a ajuda em espécie ou com pequenas quantias e as informações sobre trabalho. O percentual de negativas por volta de 40% nas três situações tanto pode ser interpretado como indicativo de certa autonomia financeira quanto como indicativo da situação oposta, ou seja, a impossibilidade de se obter ajuda econômica ou informações e, portanto, maior vulnerabilidade.

Porém entre os responsáveis que declaram que buscariam ajuda para a solução das diferentes situações, (e que correspondem à grande maioria, em todas elas) destaca-se de modo muito significativo o recurso à parentes residentes ou não residentes. Há, porém um padrão: em termos comparativos os parentes não residentes são acionados preferencialmente em caso de empréstimos em dinheiro, ajuda em espécie ou com pequenas quantias, busca de informações sobre trabalho e também na reforma/construção da casa. Já os parentes residentes são acionados preferencialmente em situações que envolvem serviços quotidianos: ficar com as crianças, cuidar de idosos ou de enfermos, cuidar da casa. Outras relações pessoais só são acionadas de modo significativo quando se trata de buscar informações sobre trabalho.

Cabe mencionar ainda o uso significativo de relações formais em algumas situações: recorre-se aos bancos e outras instituições financeiras no caso dos empréstimos em dinheiro, ao sindicato e agências de emprego no caso da busca de informações sobre trabalho, à contratação de mão de obra no caso de reforma ou construção da casa.

Domicílios urbanos: fontes de ajuda na solução do conjunto de situações, segundo Zonas de Vulnerabilidade



(*) Corresponde a cerca de 40% do total da população da zona 4 e apresenta rendimento médio abaixo da mediana da distribuição geral deste estrato.

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade FAPESP/CNPq. Tabulações especiais, NEPO/UNICAMP (2007).

O exame destas fontes de ajuda, consideradas de forma agregada, para cada uma das ZVs revela certas diferenças. Conforme se verifica no gráfico ao lado, nas ZVs de maior vulnerabilidade (ZV1 e ZV2) os percentuais de negativas (não recorre a ninguém) são menores do que os encontrados para as ZVs 3 e 4 onde estes percentuais excedem os 40%. Em contrapartida, o recurso aos parentes, residentes ou não, assim como a outras relações pessoais são mais frequentes nas primeiras. A ZV4 apresenta uma peculiaridade: seus moradores recorrem muito pouco a parentes residentes, mas buscam auxílio junto a parentes não-residentes de modo quase tão intenso quanto a ZV2. Considerando-se ser a ZV4 a que apresenta, simultaneamente, os maiores percentuais de arranjos do tipo “outros” (pessoas sozinhas e arranjos com não parentes) e de famílias ampliadas, tais resultados podem parecer paradoxais (ver página 10). Se o percentual mais elevado dos “outros arranjos” pode justificar a maior solicitação dos parentes não residentes, o maior percentual de famílias ampliadas torna intrigante a pouca solicitação aos parentes residentes. É possível que a explicação passe pela fase do ciclo de vida. É bem provável que algumas das situações hipotéticas colocadas, tais como “ficar com as crianças”, ou “cuidar da casa” ou mesmo “informações sobre trabalho” não tenham mais sentido para estes responsáveis homens e mulheres mais idosos, o que contribuiria não só para aumentar a ocorrência de negativas (“não recorrer a ninguém”) como também para reduzir a necessidade de se recorrer aos parentes residentes. Não parece haver diferenças entre as ZVs no uso das instituições formais, que se mantêm em todas elas em níveis entre 12% e 14%.

Não parece haver dúvida, portanto, de que as redes de parentesco são acionadas mais frequentemente nas zonas de maior vulnerabilidade do que naquelas com melhores condições socioeconômicas.